

Orçamento de Estado 2011



**I. A CULTURA COMO ELEMENTO IDENTITÁRIO E COMO FACTOR DE
DESENVOLVIMENTO**

• Políticas de Programação Estratégica 3

• Objectivos 4

II. A CULTURA NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011

• Orçamento por estrutura de despesa 5

• Orçamento por fontes de financiamento 6

• Orçamento da Cultura por Domínios de Intervenção 8

III. INICIATIVAS LEGISLATIVAS E ORGANIZACIONAIS 9

IV. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

• Património 11

• Museus 13

• Apoio às Artes 13

• Cinema e Audiovisual 14

• Língua 14

• Arquivos e Bibliotecas 15

• Gestão integrada dos recursos humanos, financeiros e materiais do MC 16

I. A cultura como elemento identitário e como factor de desenvolvimento

O reconhecimento da cultura como factor identitário e estruturante conduz à definição e implementação de políticas orientadas para:

- ✓ A preservação e promoção da nossa matriz identitária, factor diferenciador num contexto global e padronizado;
- ✓ O desenvolvimento de uma população mais exigente e esclarecido, mais capaz de se entender a si própria e ao seu papel no mundo;
- ✓ Promover o desenvolvimento económico através do cofinanciamento das actividades culturais e criativas, as quais constituem uma mais-valia para a criação e consolidação de emprego e para a geração de riqueza nacional.
- ✓ A percepção do Património como factor de desenvolvimento social e económico das comunidades, bem como factor de requalificação da oferta cultural portuguesa nos mercados interno e externo e, nessa exacta medida, constituir factor da requalificação da oferta turística portuguesa junto de mercados emissores qualificados.

- **Políticas de Programação Estratégica**

Em 2011, e no quadro das Grandes Opções do Plano, as Políticas de Programação Estratégica materializam-se em torno de três eixos prioritários de intervenção:

- ✓ Reconhecimento da Língua como factor cultural, geoestratégico e económico

- ✓ Continuação da requalificação e divulgação do património móvel, imóvel, integrado e imaterial
- ✓ Apoio às Artes e Indústrias Culturais e Criativas
- **Objectivos**
 - ✓ Consolidar as estratégias de afirmação da Língua Portuguesa
 - ✓ Promover a fruição pública do património sob gestão dos organismos que integram o Ministério da Cultura em articulação com a sociedade civil
 - ✓ Inovar nos modelos de gestão dos equipamentos culturais
 - ✓ Reforçar o rigor na gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais
 - ✓ Promover o aumento das parcerias e do funcionamento em rede dos equipamentos culturais, envolvendo outras instituições públicas e a sociedade civil
 - ✓ Evidenciar o potencial da Cultura, nos seus diferentes vectores, como factor de desenvolvimento

II. A Cultura no Orçamento de Estado para 2011

Comparando as dotações iniciais, o orçamento do Ministério da Cultura em 2011, **215,5 milhões de euros**, o que representa 0,4% da despesa total prevista da Administração Central, diminui 8,8% quando comparado com o orçamento de 2010, o que constitui um esforço do Ministério da Cultura para a consolidação das finanças públicas, contribuindo para alcançar a meta de 4,6% de déficit orçamental.

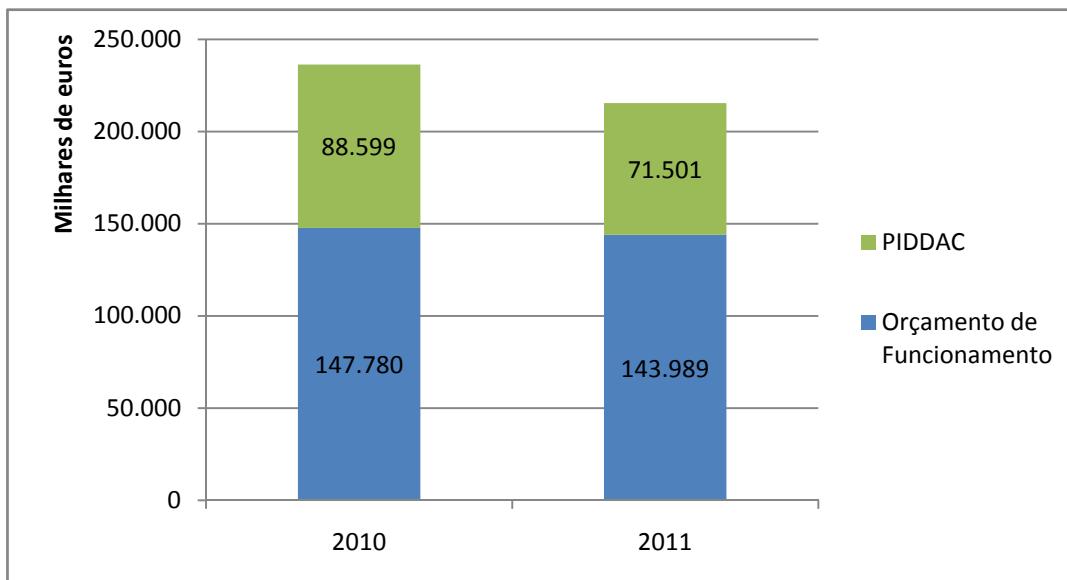
A esta dotação orçamental são aplicáveis as cativações previstas na Proposta de Lei do Orçamento de Estado [10% sobre as dotações PIDDAC relativas a financiamento nacional, 2,5 % de reserva sobre o orçamento de funcionamento, acrescido de 25% de cativação nas rubricas 02.02.13 (deslocações e estadas), 02.02.20 (trabalhos especializados) e 02.02.25 (outros serviços) e 40% de cativação na rubrica 02.02.14 (estudos, pareceres, projectos e consultadoria)].

A estimativa de execução orçamental para 2010 é de cerca de **200,2 milhões de euros**, (com base na execução registada a 30 de Setembro), deve-se a:

- Cativação de 12,5% sobre a dotação PIDDAC do MC;
 - Constituição da reserva de eficiência de 2,5% no Orçamento de Funcionamento;
 - Congelamento de novos compromissos PIDDAC, por despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Setembro;
 - Reduzida execução de fundos comunitários, devido à recalendariação de candidaturas, face à aprovação tardia do Orçamento de Estado de 2010.
-
- **Orçamento por estrutura de despesa**

O Orçamento do Ministério da Cultura destina-se ao funcionamento e investimento (PIDDAC) dos seus serviços e organismos, repartindo-se da seguinte forma:

- ✓ O Orçamento de Funcionamento (€ 143.989.179), que corresponde a cerca de 66,8% do orçamento global, apresenta um decréscimo de 2,6% face à **dotação inicial de 2010**
- ✓ O Orçamento de Investimento (PIDDAC) (€ 71.500.624), que representa 33,2% do orçamento global, regista um decréscimo de 19,3% face à **dotação inicial de 2010**.



- **Orçamento por fontes de financiamento**

Fontes de Financiamento	Valor	Estrutura (%)
Receitas Gerais	126,8	58,9
Orçamento de Funcionamento	77,1	35,8
Piddac	49,7	23,1
Receitas Próprias	66,4	30,8
Orçamento de Funcionamento	64,8	30,1
Piddac	1,6	0,7
Financiamento Comunitário	22,3	10,3
Orçamento de Funcionamento	2,1	1,0
Piddac	20,2	9,3
Total	215,5	100,0

- ✓ As receitas gerais do Orçamento de Estado (€ 126.787.393) correspondem a 58,9% do orçamento do Ministério da Cultura. Registam um decréscimo de 20,8 milhões de euros relativamente à dotação inicial de 2010 (cerca de 14,1%);
- ✓ As receitas próprias do Ministério da Cultura, no valor de € 66.437.463, correspondem a 30,8% do seu orçamento e crescem 1,9 milhões de euros face a 2010

(cerca de 3 %), o que representa um esforço para o desenvolvimento de iniciativas tendente a aumentar o nível de autofinanciamento dos serviços integrados e serviços e fundos autónomos, numa lógica integrada de prestação de serviços aos cidadãos e às empresas.

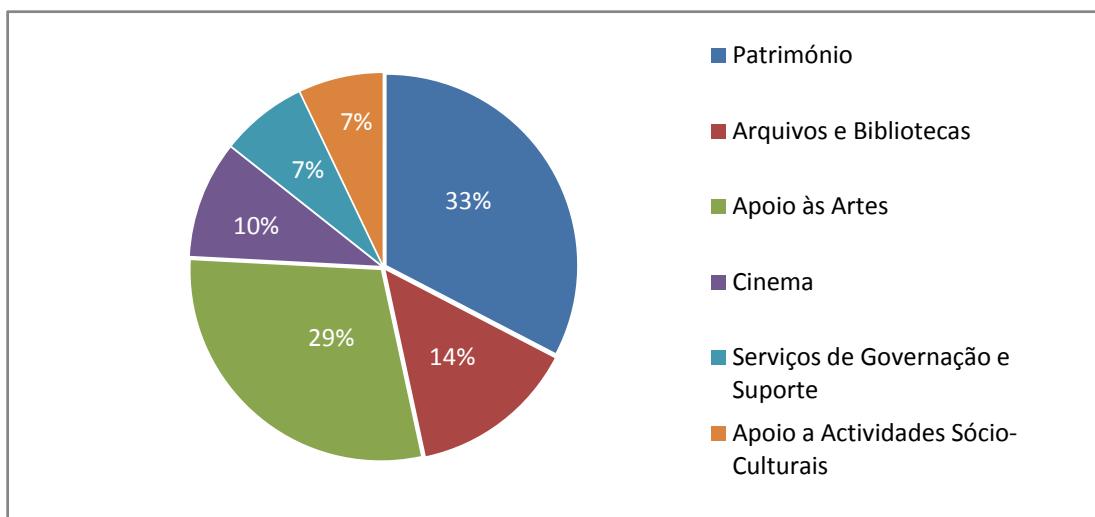
- ✓ O financiamento comunitário, que corresponde a € 22.264.947, representa cerca de 10,3% na estrutura de financiamento do Ministério da Cultura (diminui 3,8 milhões de euros relativamente a 2010, representando um decréscimo de 8,3%)

Analizando a composição do orçamento de funcionamento e do PIDAAC por fontes de financiamento, a estrutura é a que seguidamente se apresenta:

<i>Unid: Milhões de Euros</i>		
Fontes de Financiamento	Valor	Estrutura (%)
Orçamento de Funcionamento	144,0	66,8
Receitas Gerais	77,1	53,5
Receitas Próprias	64,8	45,0
Financiamento Comunitário	2,1	1,5
PIDDAC	71,5	33,2
Receitas Gerais	49,7	69,5
Receitas Próprias	1,6	2,2
Financiamento Comunitário	20,2	28,3
Total	215,5	100,0

- **Orçamento da Cultura por Domínios de Intervenção**

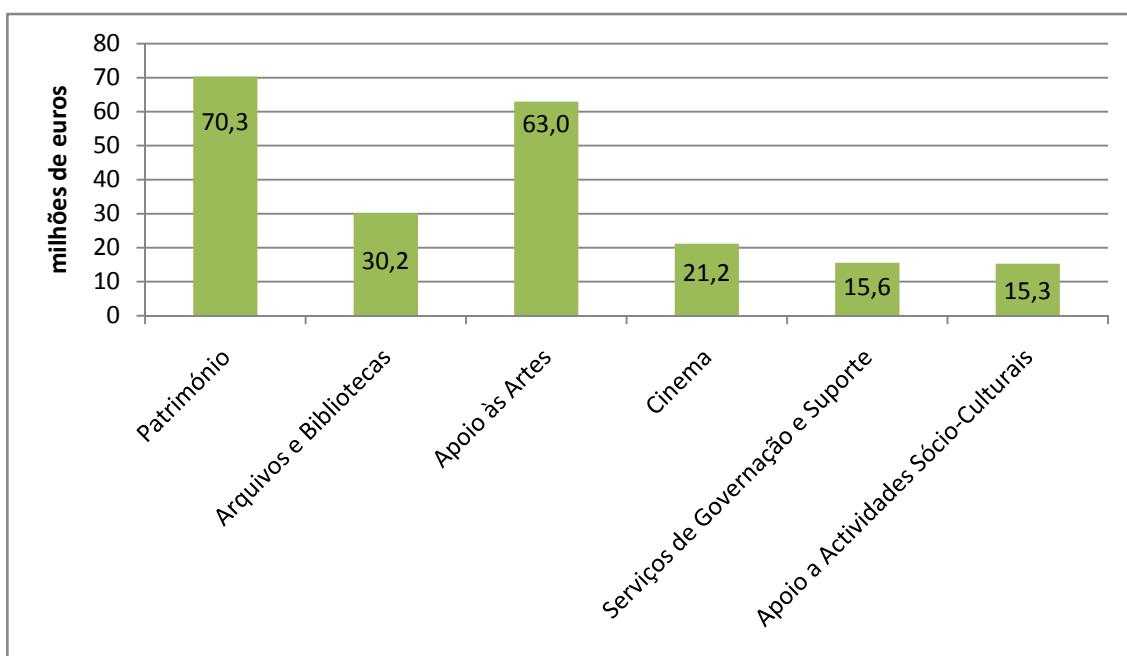
O orçamento da Cultura está distribuído da seguinte forma:



- ✓ O domínio de intervenção **Património** destaca-se com um peso de 33% no total do orçamento, logo seguido do **Apoio às Artes**, com 29%, através do financiamento directo protagonizado pela Direcção Geral das Artes. Realça-se o facto do Instituto Português do Património Arquitectónico, IP e do Instituto Português de Museus, IP, terem no conjunto a seu cargo cerca de 40 serviços dependentes (entre Monumentos Património da Humanidade, Palácios e Museus). No caso do Apoio às Artes, para além do orçamento alocado à Direcção Geral das Artes, enquadram-se também todas as comparticipações financeiras atribuídas à Fundação Cidade de Guimarães, à Fundação de Serralves, à Fundação Casa da Música, à Fundação CCB e à Fundação Berardo, entre outras
- ✓ Os meios afectos à intervenção na área do **Cinema e do Audiovisual** registam uma dotação acrescida em 1,3 milhões de euros (passou de 19,9 milhões de euros em 2010 para 21,2 milhões de euros em 2012), fundamentalmente devido à perspectiva de financiamento comunitário de projectos do Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP e da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, IP (projectos de Modernização Administrativa e obras para a instalação da Casa do Cinema do Porto

na Casa das Artes), bem como ao incremento previsto das receitas da Cinemateca Portuguesa por via da prestação de serviços na área de preservação e restauro de património cinematográfico e de iniciativas de angariação de mecenias

- ✓ Também os domínios de intervenção **Arquivos e Bibliotecas** e **Apoio a Actividades Sócio-Culturais** crescem 1 p.p quando comparado com o peso relativo destes Domínios de Intervenção no orçamento de 2010
- ✓ Os domínios de intervenção **Património** e **Apoio às Artes** são os que sofrem uma redução no seu peso relativo – 2 p.p. no caso do primeiro e 1 p.p no segundo



III. Iniciativas Legislativas e Organizacionais

Paralelamente à intervenção prevista nas áreas estratégicas do Ministério da Cultura, desenvolver-se-ão as seguintes iniciativas legislativas e organizacionais:

- ✓ Conclusão da **Regulamentação da Lei do Património**, com a elaboração e aprovação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e do Regulamento da Exportação, Expedição, Importação, Admissão e Comércio de Bens Culturais

- ✓ Elaboração e aprovação do novo **Regime Jurídico do Depósito Legal** de obras bibliográficas e das imagens em movimento
- ✓ Criação de um diploma legal – “**Lei das Bibliotecas**” - que permitirá concretizar a Rede Nacional das Bibliotecas Públicas com a definição dos seus mecanismos de gestão e funcionamento e articulação com o poder local
- ✓ Preparação de um pacote de medidas destinadas ao **fomento das indústrias culturais e criativas**, em articulação com o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, consubstanciado em quatro eixos de intervenção: formação, financiamento, internacionalização e direitos de autor.
- ✓ **Rever o quadro jurídico de defesa da propriedade intelectual**, nomeadamente no que respeita à lei da cópia privada e à apropriação de conteúdos disponibilizados via Internet
- ✓ **Alteração do Despacho Normativo n.º 23-A/2001**, de 18 de Maio pormenorizando-o e adequando-o às necessidades das **orquestras regionais** existentes (Beiras, Norte e Algarve) e estabelecendo requisitos no processo de candidatura de novas orquestras, visando, assim, a regularização das condições de trabalho nas orquestras regionais
- ✓ Celebração do **Ano Europeu do Voluntariado**, através do desenvolvimento de uma estratégia transversal de promoção do voluntariado cultural

IV. Orientações Estratégicas por Domínio de Intervenção

Património

- Continuação da intervenção nos Convento de Jesus, em Tomar e Mosteiros de Alcobaça e da Batalha no quadro do Projecto “Rota do Património Mundial”.
- Implementação, em parceria com os Municípios de Tomar, Batalha, Alcobaça e Lisboa, do Projecto “Rede do Património Mundial”.
- Continuação da implementação do Projecto de Modernização Administrativa, no quadro do SAMA, associado à desmaterialização documental, o qual é transversal ao MC.
- Conclusão da obra de ampliação e remodelação da Torre de Depósitos da **Biblioteca Nacional de Portugal**, prevendo-se a sua inauguração em Outubro 2011.
- Desenvolvimento de projectos de **Parcerias para a Regeneração Urbana: Cidade Univer(sc)idade** – Regenerar o centro Histórico de Coimbra, que envolve o Mosteiro de Sta Cruz, a Sé Velha e a Sé Nova, **Acrópole XXI** (Centro Histórico de Évora), Regeneração Urbana do **Centro Histórico de Arouca**, Regeneração da **Vila de Mafra (Palácio Nacional de Mafra)** e Regeneração Urbana do **Centro Histórico de Santarém**. É ainda no âmbito destas parcerias que se prevê que se concretize parte substantiva do importante Projecto “Rota das Catedrais”, ao qual está associado uma parceria com a **Conferência Episcopal Portuguesa**.
- Implementação do Protocolo de cooperação, assinado, entre a Direcção Regional de Cultura do Norte, a Junta de Castela-Leão, e a IBERDROLA, para a

recuperação do património monumental e religioso do Românico do Norte Peninsular.

- Lançamento da **Rota dos Castros do Noroeste Peninsular** e continuação das intervenções dos monumentos do **Vale do Douro, Vale do Varosa** (S. João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas e Sto António de Ferreirim), e no património do **Leste Transmontano** e do espaço rural entre **Douro e Minho**

- **Desenvolvimento de iniciativas de animação** e fruição cultural associados à intervenção física nos imóveis.

O programa “**Património Criativo**”- que inclui a salvaguarda, preservação e programação de imóveis afectos à Direcção Regional de Cultura do Centro; as acções de valorização dos sítios do **roteiro megalítico no Algarve**; o Protocolo com a Associação Musical do Algarve - "Música nos Monumentos"; a implementação da **Rota Europeia dos Descobrimentos (Descubriter)**; a segunda edição da **Temporada Artes ao Sul, no Alentejo** e as acções relativas à dinamização da **Rede de Monumentos do Vale do Douro**, constituem excelentes exemplos de iniciativas de dinamização e fruição do Património.

- Estabelecimento de protocolos com Municípios para Georeferenciação do Património Arquitectónico e Arqueológico com protecção legal.
- Continuação da implementação do **Sistema Nacional de Conservação Preventiva**, para os Monumentos classificados afectos ao Ministério da Cultura (sistema de monitorização, com recurso a telemetria e avaliação do estado de conservação dos imóveis classificados do Estado), que envolve o IGESPAR, o IMC, as DRC's e a colaboração das Autarquias

Museus

- Aumento da disponibilização on-line e difusão de conteúdos sobre património cultural e acervo de museus, incluindo fotografias - **MatrizNET e no MatrizPIX** e ainda disponibilização do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, através do **MatrizPCI**
- Prossecução da política de qualificação dos **Museus e Palácios Nacionais** - Intervenções de requalificação, remodelação e ampliação
- Requalificação/recuperação do Convento e da cerca de S. Bento de Cástris em Évora, criando condições para a instalação e transferência do **Museu Nacional da Música**
- Constituição da rede integrada dos **equipamentos culturais no eixo Ajuda/Belém**, com as parcerias da Autarquia e da Associação de Turismo de Lisboa.
- Manutenção da articulação com a Fundação Cidade de Guimarães, no âmbito do evento **Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012**, através da requalificação do Castelo de Guimarães e da valorização do conjunto monumental de Monte Latito

Apoio às Artes

- Consolidação dos **Programas de Apoio às Artes** existentes
- Criação de uma **rede** integrada de programação e apoio ao funcionamento de **Teatros e Cine-Teatros Nacionais**, numa parceria entre MC, autarquias e mecenases

Cinema e Audiovisual

- Lançamento da **Rede de Cinema Digital**, extensível a todo o território nacional, materializada no equipamento de salas de exibição não comercial com sistemas de projecção digital e na digitalização de filmes, nomeadamente, de obras históricas de Cinema Português
- **Requalificação da Casa das Artes**, a integrar na futura Casa do Cinema do Porto, como meio para a descentralização da programação de actividades cinematográficas;
- Equipamento das **novas unidades de depósito** do **ANIM** e reacondicionamento de colecções, incluindo a da RTP
- Lançamento dos **Concursos para programas de apoio** à criação, produção, distribuição, exibição e à formação cinematográfica e à realização de festivais em território nacional
- Alargamento do nº de Protocolos com Universidades e Politécnicos para apoio à Produção de Curtas-Metragens

Língua

- Realização de **iniciativas públicas de sensibilização e informação** sobre o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, em estreita articulação com o Ministério da Educação
- Consolidação da medida legislativa aprovada de **doação de livros aos países de língua portuguesa**, através da celebração de parcerias com autarquias para assegurar a logística de armazenamento e transporte

- Co-financiamento do **II Programa DOCTV CPLP**, que visa o fomento do intercâmbio cultural e económico dos países da CPLP e de Macau e divulgação da Língua Portuguesa, através do audiovisual
- Continuação do apoio à criação e **tradução de obras portuguesas no estrangeiro** e ao projecto “Criar Lusofonias”
- Continuação da dinamização do **tratamento e divulgação do património arquivístico comum aos países da CPLP**
- Implementação do projecto de cooperação com os **arquivos cinematográficos e audiovisuais dos PALOP**

Arquivos e Bibliotecas

- Desenvolvimento do Projecto **Portal Português de Arquivos**, promovendo durante 2011 novas adesões a esta rede de conteúdos e a angariação de outras organizações participantes no **Registo Nacional de Objectos Digitais (RNOD)**
- Continuação da digitalização de imagens, que no momento presente já ultrapassam os 3 milhões e quinhentas mil imagens.
- **Apoio técnico aos Municípios** para construção e recuperação de edifícios destinados a Arquivos Municipais e para a salvaguarda do património arquivístico
- Aumento dos conteúdos da **Biblioteca Nacional Digital** e das colecções da BNP com **novos espólios de escritores/personalidades**
- Enriquecimento da **Coleção Digital – Portuguese Culture** (textos em inglês de autores portugueses ou outros relacionados com a cultura portuguesa)
- Continuação do Projecto **Europeana Connect**

- Manutenção do apoio à **Rede de Bibliotecas Públicas** e do apoio técnico ao desenvolvimento de conteúdos e serviços no **Portal da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas**
- Continuação do programa de acções de **promoção da leitura**, em articulação com entidades públicas e privadas, para o público infantil, juvenil ou em situações de exclusão social

Gestão integrada dos recursos humanos, financeiros e materiais do MC

- Implementação de um conjunto de projectos orientados para a **modernização administrativa dos organismos do MC**, com vista a tornar mais eficiente a prestação de serviços ao cidadão
- Promoção de **medidas de racionalização dos consumos** dos serviços integrados e serviços e fundos autónomos tendo em vista a redução da despesa pública
- Promoção de **iniciativas que contribuam para o aumento de receita**